

O espaço do Negro brasileiro: Arthur Ramos e a escrita de “A República de Palmares”

THYAGO RUZEMBERG GONZAGA DE SOUZA*

Introdução

Pode-se afirmar que a década de 1930 é o último momento, ou derradeiro suspiro, da hegemonia dos eruditos autodidatas no Brasil à frente da produção dos saberes das humanidades. Nas primeiras universidades brasileiras eles foram os fundadores dos cursos de suas respectivas áreas e professores da geração de especialistas, seus predecessores. Como pesquisadores, alguns deles passaram do trabalho – pesquisa - amador ao profissional, transformando suas produções com métodos desenvolvidos por grupos de pesquisadores das ciências humanas de universidades da Europa e dos Estados Unidos, muitas vezes se aproximando de pesquisadores estrangeiros. De modo algum os intelectuais brasileiros foram meros repetidores de ideologias, teorias ou métodos de pesquisadores estrangeiros. Operaram uma transformação das teorias que devido as diferenças (culturais, sociais, políticas e outras) entre as realidades nacionais, locais e individuais correspondem a algo novo. A antropóloga Lilia Moritz Schwartz já havia percebido essa construção de novas teorias e metodologias no Brasil sob a influência de ideias estrangeiras. (SCHWARTZ, 1993)

Inicialmente seus trabalhos tenderiam ao longo ensaio histórico e sociológico, como afirmou Antônio Candido (CANDIDO, 2006: 131), característico do modernismo brasileiro, ou melhor, dos movimentos literários modernos que tentavam explicar a nação. Posteriormente procuraram a influência de profissionais de campos já estabelecidos nas universidades fora do Brasil (professores em Antropologia, História, Sociologia, ...) e, aproximaram-se cada vez mais de teses, cujas teorias e os métodos em que esses campos são aplicados e se distanciaram da característica literária dos ensaios.

Destacam-se no ambiente intelectual dois momentos que possibilitaram essa transformação. O primeiro é acentuado com movimentos culturais modernos – em que predominam os aspectos artísticos e literários - na década de 1920, mais precisamente o Modernismo (1922) e o Regionalismo (1926). Cada um a seu modo congregava aristas e intelectuais para pensar e explicar a nação, dentre os muitos modelos literários valorizados por esses movimentos o ensaio ganha projeção como forma moderna de analisar a nação. É

* Graduado no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História- Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

evidente que a nação brasileira e seus problemas não foram pensados somente no período histórico que estamos destacando, diversos intelectuais já demonstraram a problemática nacional sendo pensada em momentos anteriores.

O segundo momento ocorreu na década de 1930. Para Antônio Candido (In: HOLANDA, 1989: XXXIX – II), durante essa década as maneiras de pensar a nação encontraram refúgio no radicalismo intelectual e na análise sociológica que procurou, a todo o momento, demonstrar o Brasil como uma nação singular e soberana e reconheceu os seus problemas como únicos. O segundo momento se localiza nesse período, é iniciado pela fundação das universidades no Brasil na década de 1930, profissionalizando as áreas de atuação intelectual nas Ciências Humanas. A influência de intelectuais da França e dos Estados Unidos foi muito importante, nesses países essa área de conhecimento já estava consolidada nas universidades, pelo menos desde o final do século XIX. Ocorre nessa transformação um aprimoramento do rigor científico, devido a adoção de teorias e metodologias específicas, em trabalhos que procuram analisar as problemáticas da nação.

Arthur Ramos de Araújo Pereira foi um intelectual que viveu esses dois momentos. Ele foi um reconhecido médico e antropólogo que produziu diversos livros durante a sua breve carreira de vinte três anos (1926-1949). Esse artigo procura analisar a sua produção, especificamente os seus escritos sobre o Quilombo dos Palmares. O objetivo do presente texto é analisar o Quilombo dos Palmares composto pelo antropólogo Arthur Ramos na obra *O Negro na civilização brasileira* (1971). Possibilitando um diálogo entre o Palmares produzido na obra e o pensamento do autor sobre o negro. Esse texto exerceu influência na escrita sobre o Quilombo a partir da década de 1940. Embora a sua publicação tenha ocorrido primeiro nos Estados Unidos da América em 1939 com o título *The Negro in Brazil*.

O Quilombo dos Palmares que analisamos é um elemento literário, parte de um discurso que procura explicar algo mais amplo, o negro na formação do Brasil. Compreendemos esse espaço como constructo discursivo de um autor participante de um grupo de africanistas. Intelectuais que procuram pensar o “Negro” e sua contribuição na composição da nação brasileira. Compartilham objetivos comuns, conceitos da antropologia cultural e mantêm uma rede de comunicação e influências, na qual Arthur Ramos é destaque. Também presumimos que o “Negro” é uma ideia que tem sua história e uma tradição, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença para intelectualidade dos

estudos antropológicos e etnográficos do negro brasileiro. O Quilombo dos Palmares é uma parte, um símbolo, um pequeno espaço construído por essa tradição de “Estudos do Negro” no Brasil.

O termo “Estudos do Negro” embora demonstre uma certa homogeneidade esconde uma rede de disputas, a diversidade das concepções e uma multiplicidade de grupos de pesquisa. Podemos destacar aqui as disputas entre os baianos liderados por Arthur Ramos e os pernambucanos sob a chefia de Gilberto Freyre, cada um desses grupos reivindicando para si a prioridade nos estudos sobre os africanos no Brasil. Embora essas disputas tenham ocorrido dois pontos demonstram que há uma coerência em determinar que essa tradição de estudos estavam nas mãos de um grupo coeso de pesquisadores: o primeiro ponto é a referência de Raimundo Nina Rodrigues como precursor dos estudos e criador da tradição; o segundo é a influência da antropologia cultural principalmente da desenvolvida por Franz Boas e seus discípulos nesses estudos na década de 30. (CORRÊA, 2001)

Entendemos que a produção de Palmares está inserida ou submetida a uma produção mais ampla e abrangente que procurava solucionar o problema da inserção dos africanos e seus descendentes na nação brasileira, baseada em ideologias hegemônicas na qual a cultura europeia ou da elite “branca” brasileira eram referências. O crítico literário Edward Said ao analisar a construção do Oriente no discurso do Ocidente sobre o imperialismo cultural (Orientalismo), afirma que toda a sua ideia

(...) consiste em dizer que podemos compreender melhor a persistência e a durabilidade de sistema hegemônicos saturadores como a cultura quando percebemos que suas coerções internas sobre os escritores e os pensadores foram *produtivas*, e não unilateralmente inibidoras. (SAID, 2007: 43)

É nessa característica da produtividade dos pensadores que é preciso compreender a reinvenção de Palmares, é preciso analisar como foi urdido sob esse discurso, sob qual racionalidade ele é produzido. Gayatri Spivak observa muito bem a tentativa de constituir o Outro e o subalterno como objetos de conhecimento por parte de intelectuais e eruditos que almejam falar pelo Outro. Segundo a autora esses pensadores podem assumir a representação, nos dois sentidos: *Vertretung*, “falar por” que é o ato de assumir o lugar do Outro numa perspectiva política da palavra; *Darstellung*, “re-presentar” que é uma visão estética que imagina o ato de performance ou encenação. (SPIVAK, 2010: 41 – 43) Em ambos os sentidos a representação é um ato de fala caracterizado por uma posição discursiva. Arthur Ramos procurou com suas obras representar o negro brasileiro, “falar por” esse Outro,

perceberemos aí um processo específico de “silenciamento” do negro que só poderá ser feito quando representado por um intelectual.

A partir dessa premissa, podemos entender que, devido a produção de imagens do Negro nesse campo de estudos, ocorreu uma reinvenção do Quilombo de Palmares. Devemos designar o Quilombo dentro do discurso dessa tradição como um espaço imaginativo e que partilha de uma história imaginativa. De acordo com Edward Said, isso significa que escapam à atmosfera objetiva e adentram em significados simbólicos ou poéticos que determinam ou delimitam as fronteiras do Outro e conseqüentemente do Eu. (SAID, 2007: 92-93) Comparando as produções de dois pensadores desses “estudos”, Nina Rodrigues e Arthur Ramos, observando a possibilidade da influência do primeiro sobre o segundo, procuraremos compreender como um espaço imaginativo como Palmares foi urdido dentro de racionalidades que pensavam também o negro.

A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia Cultural no Brasil

Quem é Arthur Ramos? Procuraremos destacar momentos ou acontecimentos específicos que estejam relacionados a sua produção. Essa relação pode ser compreendida a partir dos componentes da *operação historiográfica* de Michel de Certeau (1982: 56 -108). Observar a história como uma operação é compreendê-la como a interação entre um lugar social (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise ou de práticas "científicas" (uma disciplina) e a construção de um texto (uma escrita, uma literatura). Ainda de acordo com Certeau (1982:66): “A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas.”

Aproximamos das contribuições de Certeau dois planos metodológicos desenvolvidos por Said (2007: 50) para compreender a “autoridade intelectual” exercida numa determinada área do saber: o primeiro plano é a “localização estratégica”, o modo de descrever a posição do autor num texto em relação ao material sobre o qual escreve; o outro é a “formação estratégica”, um modo de analisar a relação entre os textos e o modo como grupos de textos, tipos de textos, gêneros textuais, adquirem essa, densidade e poder referencial entre si mesmos e, a partir daí, a cultura em geral. Esses planos metodológicos revelam, pelo menos parcialmente, outra contribuição importante desse crítico literário, a ideia de autoria. Ele observa a autoria através de análises minuciosas dos textos individuais promove a dialética

entre o texto individual ou o escritor e a complexa formação coletiva para a qual sua obra se atribui.

Arthur Ramos estudou medicina na Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) em Salvador, entre 1921 e 1926, se formando em Ciências Médicas Cirúrgicas em 1926 com a tese *Primitivismo e Loucura*. O olhar médico de sua formação não pode ser esquecido, principalmente porque Ramos se aproxima da psicologia durante esse período, e adota as influências de Sigmund Freud, Paul Eugen Bleuler e Lucien Lévy-Bruhl. Característica marcante do pensamento de Ramos, chegando a ser criticado no início de sua jornada por Gilberto Freyre pelo seu “psicanalitismo”. (CORRÊA, 2003: 228)

Naquele ano, foi trabalhar no Instituto de Medicina Legal Nina Rodrigues, organização que congrega alguns personagens que construíram uma identidade intelectual, baseada no interesse comum por algumas temáticas de pesquisa e uma herança intelectual de Raimundo Nina Rodrigues. Estamos falando da Escola Nina Rodrigues, um grupo de intelectuais e eruditos baianos - se nem todos nasceram na Bahia, pelo menos tiveram sua formação superior nesse estado -, principalmente médicos que procuravam desenvolver pesquisas nas temáticas que o “mestre” Nina Rodrigues já havia trabalhado: a medicina-legal, a psicologia e a antropologia – o problema do Negro. Segundo Mariza Corrêa (2003) a Escola é também uma espécie de mito de origem da Medicina Legal brasileira. O alcance nacional de algumas das atividades dos membros da Escola Baiana só ocorreu devido à centralização promovida a partir de 1930, época em que vários membros do grupo ampliaram a sua atuação. Em suas obras, Arthur Ramos está a todo o momento mencionando seu vínculo com a Escola e, ao mesmo tempo, reivindicando um lugar como herdeiro intelectual do “mestre”. Mariza Corrêa (2003: 61) percebeu que embora nos textos dos discípulos de Nina Rodrigues a luta de classes vá substituir a “luta de raças” mencionada pelo mestre, a questão da composição racial de nossa população continuará a merecer os seus interesses.

Além da projeção que os membros da Escola Nina Rodrigues ganharam na década de 1930, é também durante esse período que é percebido na vida de Arthur Ramos a aproximação dele com participantes já renomados dos movimentos culturais da década de 1920, isso ocorreu provavelmente depois de estabelecer residência no Rio de Janeiro em 1934. Luitgarde O. C. Barros (2000:28) relata que em palestras do Dr. Téo Brandão etnógrafo e folclorista, discípulo e amigo de Arthur Ramos, falava-se de um grupo que se reunia na casa

do antropólogo, “nas quais Ramos tocava piano para os amigos, convivia com Mário de Andrade, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge de Lima, Ribeiro Couto, Aurélio Buarque de Holanda, Diegues (...)”. Essa mesma autora afirma que ele viveu a euforia idealista e esperançosa do movimento de 30, mas decepcionou-se principalmente com o autoritarismo do momento.

Em 1934 foi nomeado por Anísio Teixeira como chefe da seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental, do Departamento de Educação da Secretaria Geral de Educação e Cultura, no então Distrito Federal, por esse motivo mudou para o Rio de Janeiro. No ano de 1935 foi indicado por Afrânio Peixoto - membro da Escola Nina Rodrigues e denominado como o discípulo dileto de Nina Rodrigues - para a cadeira de professor de Psicologia Social da Universidade do Distrito Federal, a partir desse período a preocupação com o estudo das relações raciais assume uma posição cada vez mais central na sua produção intelectual, e paulatinamente passa também a se definir como antropólogo. (GUIMARÃES, [s.d.]: 6) O seu reconhecimento como intelectual foi consolidado durante o Estado Novo. Assume a cátedra de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia da recém-criada Universidade do Brasil em 1939. Ocupa posição no movimento editorial, como diretor da Biblioteca de Divulgação Científica, exercendo influência na organização na série *Brasiliense*, parte da coleção *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, uma das mais importantes coleções publicadas no Brasil. Podemos selar essa exposição dos lugares sociais de Arthur Ramos com o seu último cargo em 1949, quando foi convidado a assumir a direção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, função que permitiu aprimorar a sua defesa da democracia racial no Brasil como maneira de integração do negro.

Com fundamento nas colaborações de Octavio da C. Eduardo (BALDUS, EDUARDO e FERNANDES, 1950: 439-459) adotamos a divisão da produção intelectual de Arthur Ramos em três fases. A primeira fase do seu trabalho sobre os negros no Brasil é iniciada com os seus primeiros estudos ainda na FMB e compreendem o seu auge as obras, *O Negro brasileiro: etnografia religiosa*, de 1934, e *O Folk-lore Negro no Brasil: Demopsicologia e Psicanálise*, de 1935. Com características teóricas da medicina conceitos como “doença” e “anormalidade” foram utilizados para compreender o fenômeno da “possessão” nos cultos de origem africana. Eduardo aponta também características de suas obras através da aproximação com as teorias de dois pensadores: de Lévy-Bruhl, adotou um conceito para explicar as razões

das sobrevivências religiosas e a mentalidade dos negros, mentalidade pré-lógica dos primitivos, com suas crenças de origem africana; e partindo de Freud possibilita uma interpretação dos mitos africanos e do totemismo, fazendo interpretações psicanalíticas que aproximavam por vezes mitos africanos com o complexo de Édipo. É possível ver no livro *O Negro brasileiro* (RAMOS, 1951) a utilização dos dois referenciais teóricos.

A segunda fase é iniciada em 1937 e encerrada em 1944, é marcada “sob a influência de várias correntes antropológicas, o seu pensamento se torna mais etnológico” e amplia-se também o seu campo etnográfico procurando observar o Negro em toda a América. O livro que abre essa fase é *As Culturas Negras no Novo Mundo* de 1937, que Ramos chamaria de “ensaio de psicologia social e antropologia cultural” (RAMOS. Apud. BALDUS, EDUARDO e FERNANDES, 1950: 448), inspirado no trabalho do antropólogo norte-americano Melville J. Herskovits. O contato de Arthur Ramos com esse antropólogo foi importantíssimo, eles mantinham uma correspondência desde 1935 até 1949, e em 1941 participou de um curso sobre aculturação dirigido por Herskovits, de fevereiro a abril, na Northwestern University, nos Estados Unidos da América. Segundo o sociólogo Antônio Sérgio A. Guimarães ([s.d.]: 9) , ao analisar a correspondência entre os dois pensadores, é perceptível que o professor Herskovits assumiu aos poucos o seu papel de ensinar, recomendar, sugerir e viabilizar o treinamento profissional do médico Arthur Ramos.

É principalmente devido a influência teórica de Herskovits e de outros discípulos de Franz Boas - Ruth Benedict, Margareth Mead, Lynn Smith, Richard Patee e outros - que ele se aprofunda na antropologia cultural, é importante compreender que ele fez parte de uma rede de relações internacionais com intelectuais centrais à emergente antropologia cultural. O conceito de “aculturação” passa a ser primordial em seus estudos, é através desse processo que ele “vê as sobrevivências, e as perdas culturais africanas e os sincretismos afro-americanos, procurando, com acerto, indicar a influência da escravidão sobre esses resultados”.(BALDUS, EDUARDO e FLORESTAN, 195: 449) Fazem parte também dessa fase as obras *The Negro in Brazil*, *A aculturação negra no Brasil* (1942), *Introdução a Antropologia Brasileira* (1943) e outras.

Não nos prolongaremos em expor a última fase de Arthur Ramos, pois ela se distancia do objetivo desse texto. A última fase é iniciada em 1944 com o desenrolar do fim da Segunda Guerra Mundial. Antônio A. Guimarães ([s.d.]: 1) percebe que Ramos, “buscando

firmar-se como uma liderança internacional latino-americana, do mundo pós-guerra, fará da democracia racial brasileira uma arma de ‘antropologia aplicada’ e mote de um amplo projeto de pesquisa”. O fato de sua produção e atividade intelectual nesse momento ter mudado não significa que ele abandonou a antropologia cultural, na verdade ele a reafirmou dentro de outro ambiente que prezava pela antropologia aplicada. Exemplo disso ocorreu no auge dessa terceira fase, em agosto de 1949 na Direção do Departamento de Ciências Sociais da *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO), em um texto escrito para essa instituição reivindicaria espaço para a antropologia cultural, afirmando a importância dos estudos comparativos de cultura para o estabelecimento da igualdade étnica. (RAMOS. Apud. BARROS, 2000: 145) Esse momento foi encerrado com a sua morte no dia 30 de outubro de 1949.

Segundo Andressa Reis (2004), foi Arthur Ramos e Edison Carneiro os que mais utilizaram a temática palmarina como objeto de análise das discussões que vinham sendo desenvolvidas, em torno do conceito de “aculturação” nas décadas de 1930 e 40 quando se consolidaram os estudos da cultura negra na sociedade brasileira. Reis embora não se aprofunde no debate sobre a “aculturação”, sintetiza muito bem a ideia: “Este conceito abarcaria o processo de desagregação e assimilação cultural, que o negro vivenciava desde a sua partida da África, até o cativo no continente americano.” (2004: 101)

O Negro brasileiro na República de Palmares

O livro *O Negro na civilização brasileira* faz parte da bibliografia da segunda fase de Arthur Ramos. Na introdução à versão de 1949, o antropólogo Richard Pattee afirma que foi pedido a Ramos que “preparasse um manuscrito menos longo e mais generalizado, já que muitos de seus outros estudos destinados, inicialmente, aos leitores brasileiros são completos e minuciosos demais para aqueles que estão interessados em ter uma visão larga sobre o assunto.” (RAMOS, 1971a: 18) Devemos primeiro compreender esse caráter introdutório da obra que ocasiona uma abordagem sucinta da temática do nosso interesse – Quilombo de Palmares -, no entanto mesmo com essa característica ela é passível de análise. Esse livro contém o primeiro texto do autor sobre a temática, o capítulo *A República de Palmares*. Foram suas interpretações, julgamentos de valor e conceitos que diferiu das outras produções sobre Palmares e proporcionou particularidades na produção. Logo é no que está além das características objetivas, ou seja, na parte imaginativa, simbólica e poética que nos

concentraremos. Para auxiliar na análise utilizaremos outras obras do autor da primeira e da segunda fase de sua produção, principalmente as que foram produzidas até o momento da publicação da primeira versão, 1939.

Outro fator importante foi perceber os locais de produção contemporâneos ao texto. Em 1939, Arthur Ramos ainda não havia formado a sua identidade de antropólogo, estava no início da carreira como cientista humano – período que foi lecionar Antropologia na Universidade do Brasil – e consolidando a sua rede de contatos no exterior. (GUIMARÃES, [s.d.]: 6) Por outro lado, tinha uma posição de liderança em meio aos intelectuais dos Estudos do Negro no Brasil, principalmente os provenientes da Escola Nina Rodrigues. Podemos inferir que essa obra é composta no princípio da transição de um conhecimento construído com amadorismo para o conhecimento especializado nas humanidades, como já foi dito, transição vivenciada por outros pesquisadores do período – uns mais e outros menos – e que foi encabeçada na antropologia por Arthur Ramos.

Logo no início de *A República de Palmares*, Arthur Ramos (1971a: 47) se contrapõe aos trabalhos de historiadores e sociólogos que afirmam que “Negro, ao contrário do índio, foi, no Brasil, um elemento passivo e resignado ao regime da escravidão”, causa da substituição da escravidão indígena pela negra. Dentro dessa interpretação “o índio reagiu violentamente a escravidão, fugindo para as selvas, ao passo que o Negro africano, humilde e dócil, deixou-se capturar, submetendo-se sem protestos ao trabalho escravo”. (RAMOS, 1971a: 47) Essa era uma perspectiva predominante sobre a escravidão compartilhada, de certo modo, por autores como João Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Sobre os escravos negros, esse último pensador afirmou que com “frequência a sua relação com os donos oscilavam da situação de dependente para a de protegido, e até de solidário e afim.” (HOLANDA, 1989: 24) Sérgio Buarque de Holanda (1989: 31) afirmou também que a “influência dos negros, não apenas como negros, mas ainda, e sobretudo, como escravos, essa população não tinha como oferecer obstáculos sérios.” Essa visão do negro como passivo não foi compartilhada por Arthur Ramos e nem pela Escola Nina Rodrigues.

Arthur Ramos, assim como Nina Rodrigues, dá centralidade ao africano e seus descendentes como temática de pesquisa e como sujeitos históricos em sua narrativa. Isso não significa que esses sujeitos falaram em seus trabalhos, mas que eles são representados – *Vertretung* ou “falar por” - por esses intelectuais e tornam-se protagonistas da narrativa.

(SPIVAK, 2010: 41) É exemplo dessa centralidade a procura de explicações na própria cultura dos africanos à adaptabilidade ao regime agrícola da colônia portuguesa, segundo ele, para a antropologia cultural essa adaptabilidade foi uma consequência de encontro de regimes culturais que dominavam a agricultura. (RAMOS, 1971a: 47)

A hierarquia cultural é algo muito importante nas relações entre diferentes grupos, haveria estádios diferentes de cultura, umas sendo superiores as outras. É baseado nessa concepção que ele desenvolve o conceito de aculturação, de uma maneira simples ele define como o “fato de duas ou mais culturas se porem em contato tendendo a mais adiantada a suplantar a mais atrasada”. (RAMOS, 1942: 75) É também a partir dessa hierarquia que é explicada a substituição da mão-de-obra escrava indígena pela africana, pois “o Negro se adaptou maravilhosamente a faina agrícola, consequência de seu estágio de cultura, superior ao do índio”. (RAMOS, 1971a: 47) Em Ramos (1971a: 48), o negro era mais capaz que o índio no trabalho agrícola, pois a sua cultura já havia desenvolvido a agricultura em muitos povos da África, no entanto reagiu ao regime da escravidão, muitas vezes de maneira violenta: “Foi bom trabalhador, porém mau escravo”.

Essa reação dos negros ao regime escravista em sua obra é elaborada de maneira laudatória, não é vista com desânimo. E mesmo com a visão hierárquica da cultura, ela não é posicionada na contraposição dos negros incivilizados aos brancos-portugueses civilizados que poria no discurso a resistência, ou reação, como um atraso no processo civilizatório brasileiro, perspectiva muito comum no início do século XX e que foi compartilhada por seu “mestre” Nina Rodrigues. É importante lembrar que desde meados da década de 1910 a historiografia de Palmares escrita pelos Institutos (de Pernambuco, de Alagoas e do Ceará) já vinham produzindo uma narrativa elogiosa da luta pela liberdade e do heroísmo dos negros de Palmares. (REIS, 2004: 86) Produção que ele travou contato. Visto que participou do I Congresso Afro-Brasileiro (1934) organizado por Gilberto Freyre no Recife, em que Mario Mello e Alfredo Brandão apresentaram suas teses sobre o Quilombo de Palmares, ambos do IAHGP. Dito isto é compreensível a afirmação de Ramos (1971a: 48) sobre essas reações, com um teor poético que enaltece os participantes:

Desde as fugas até o suicídio. Desde a fuga individual até os grandes movimentos de insurreição coletiva. Nestes movimentos de insurreição coletiva. Nestes movimentos, destacaram-se as suas qualidades de liderança, de organização, o ímpeto de combate e os sentimentos de afirmação da dignidade pessoal.

Em outro capítulo de *O Negro na civilização brasileira*, tratou das diferentes reações e rebeliões dos negros no Brasil, destaca o tratamento dado aos revoltosos presos das “guerras santas dos Malês” na Bahia: “Estes heróis tiveram uma execução à altura do seu valor. Não foram enforcados como vis criminosos, mas fuzilados como soldados, de valor militar”. (RAMOS, 1971a: 60) Em sua narrativa, a resistência à escravidão aparece como a regra, deixando de lado uma tradição historiográfica que ignora as reações dos escravos apenas mencionando elas como notas de conquista do domínio português. Como ele viria colocar, já “nos primeiros tempos da escravidão, as fugas dos escravos eram frequentes”, e os “escravos fugidos, denominados quilombolas, reuniam-se muitas vezes em agrupamentos organizados, os quilombos”.(RAMOS, 1971a: 48) Procurando uma ligação entre os acontecimentos desse porte, ele explica que ocorre uma intensificação desses movimentos durante a “república de Palmares” no século XVII e a “guerra santa dos Malês” na Bahia do século XIX.

Dentro dessa maneira de pensar, Palmares seria o grande feito heroico, “foi a primeira grande epopeia que o Negro escreveu em terras do Brasil”. (RAMOS, 1971a: 65) Elevando o status dele dentre os quilombos, já que não era um simples quilombo como todos os outros. E o engrandecendo como movimento realizado pelos negros, pois “passou a história brasileira como uma grande tentativa negra de organização de estado”. O Quilombo de Palmares seria no seu entendimento um “ estado, com tradições africanas dentro do Brasil”, embora essa afirmativa seja parecida com a feita por Nina Rodrigues, há uma diferença sutil, mas significativa. Para o “mestre”, Palmares teria sido um “estado africano” em terras brasileiras, isso conota um maior isolamento devido a diferença evolutiva ou desnível psicológico da raça banta, proveniente da África Meridional os construtores de Palmares eram de uma raça inferior aos colonos e aos europeus e isso impossibilitava a adaptação a civilização. (RODRIGUES, 2010) Em contrapartida o “discípulo” faz uma leitura que coloca Palmares como uma reação cultural de povos africanos ou descendentes às imposições da cultura europeia através da escravidão, e ao mesmo tempo diminui o isolamento, pois essas tradições africanas estariam no Brasil e de forma alguma poderia salvar-se do sincretismo. (RAMOS, 1971a: 65)

A cultura do Quilombo era banta com o “sincretismo” ou “aculturação” sofrida no novo mundo. Segundo Ramos, os “usos e costumes” dos quilombolas dos Palmares copiavam as organizações africanas de origem banta, mas com as modificações introduzidas com os

hábitos aprendidos na Colônia Portuguesa. Para fazer essa distinção do “estado africano”, ele utiliza a ideia de Estado Negro, “que os escravos brasileiros organizaram no século XVII, onde se evidenciaram as capacidades de liderança, de administração, de tática militar, de espírito associativo, de organização econômica, de constituição legislativa ... do Negro brasileiro”. (RAMOS, 1971a: 75) Ou seja, não era um “estado africano”, ou um “estado estrangeiro”, era um “estado do Negro brasileiro”, no qual predominava as tradições africanas. É um espaço brasileiro, ou de uma parcela do povo brasileiro que ele compreende, quando afirma:

Palmares permanecerá sempre como um monumento à habilidade inata do Negro brasileiro em criar por ele mesmo, sem auxílios ou influências externas, os fatores essenciais a uma ordem social. É um caso curioso e instrutivo de fusão da experiência e dos elementos africanos com as imposições do novo meio na formação de um Estado em miniatura, manifestando todos os atributos de uma comunidade civilizada. (RAMOS, 1971a: 75)

Ao tratar Palmares como uma resistência das tradições africanas, o antropólogo chega a conclusão que foi “uma desesperada reação a desagregação cultural que o africano sofreu com o regime da escravidão”. (RAMOS, 1971a: 65) Palmares é percebida como uma tentativa, da parte dos negros brasileiros, de reconstituição das suas culturas perdidas, num trabalho que ele denomina de “reação contra-aculturativa” ou “contra-aculturação”. (RAMOS, 1971b: 181) A influência da antropologia cultural e principalmente de Melville Herskovits com seu conceito de aculturação são notórios nessa compreensão. Arthur Ramos pegou o velho método de Nina Rodrigues de comparação das raças e povos na África a seus remanescentes e descendentes no Brasil, e introduziu o conceito de cultura em detrimento ao de raça através das leituras da antropologia. Essa introdução do conceito de cultura não pode ser resumida a uma simples substituição de conceitos ou de termos, trata-se de uma grande mudança, e que gerou certas contradições e conflitos nas obras de Arthur Ramos. (CORRÊA, 2000)

A definição de “cultura negra” em Ramos engloba o conjunto de crenças e ações dos negros africanos ou nascidos na antiga colônia, enquanto que a “cultura branca” seria o conjunto das práticas cotidianas – ações e crenças – dos europeus e seus descendentes no Brasil. Segundo Funari e Carvalho, esses conceitos referiam-se aos “casos em que as culturas negras reagem mais ou menos violentamente à aceitação dos traços de outras culturas”, principalmente a cultura dos brancos, e nesta luta entre culturas “puras”, negras e brancas,

Palmares torna-se um caso exemplar de preservação da cultura afro no Brasil. (FUNARI; CARVALHO, 2005: 36)

No que diz respeito à documentação, o trabalho de Arthur Ramos não trouxe nenhuma novidade, utiliza os mesmos documentos que os autores vem utilizando desde 1875: o *Diário de viagem do Capitão João Blaer aos Palmares em 1645*; a obra de Gaspar Barleus *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, da viagem feita em 1645 e; o manuscrito *Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do Governador Pedro de Almeida de 1675 a 1678*, publicado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1859.

Uma série de documentos foi ignorada por Ramos, em especial um documento conhecido, publicado na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano (RIAGA) de 1904 que foram doadas pelo Barão Stuart do Instituto do Ceará, eram duas cartas reais do século dezessete, destinadas ao Provedor da Fazenda Real de Pernambuco e ao Governador Caetano de Melo e Castro de Pernambuco, nesses documentos mudavam a lenda tecida em torno de Zumbi e de sua morte por suicídio, sendo a versão do assassinato de Zumbi confirmada. O antropólogo tendeu a repetir a versão do suicídio de Zumbi como Nina Rodrigues e Alfredo Brandão já haviam colocado. No entanto, desvia-se desses ao colocar Zumbi como indivíduo ao contrário da versão de que esse termo seria um título de liderança, ao mesmo tempo, aproxima-se da versão dos autores do IAHGP da década de 1920 do heroísmo no suicídio de Zumbi. O silêncio desse autor sobre uma documentação tão conhecida é revelador do seu propósito de enaltecer a imagem de Zumbi, pelo ato heroico de escolher o sacrifício em vez da redenção. Arthur Ramos poderia ter seguido o exemplo do “mestre” que apresentou as duas versões, e demonstrou a sua preferência. No entanto o que ele fez foi expor a versão do suicídio como única possível, ignorando a polêmica gerada por esse debate, vejamos como ele fez isso:

O reduto caiu em 1695 (em 1697, segundo outros historiadores), mas os Negros não se renderam. Quando os chefes expedicionários penetraram na praça sitiada, o Zumbi com os seus principais capitães e subchefes se haviam refugiado nos altos de um penhasco. Preferindo a morte a rendição, o Zumbi e seus heroicos companheiros se precipitaram do rochedo "valentia que ainda misturada de um furor brutal, mostrou a todo o nosso exercito um espetáculo que se não pode deixar de ouvir com espanto". (RAMOS, 1971a: 73)..

Essa construção do espaço numa narrativa heroica, faz parte de uma racionalidade de transformação dentro da tradição sobre os estudos dos negros brasileiros, não como uma maneira de negar ou negligenciar as produções anteriores. Se a narrativa de seu fundador -

Nina Rodrigues - foi racionalizada dentro de um discurso do racismo científico que no Brasil procurava distanciar a população negra na composição da nação, com isso Palmares é imaginado como produto das limitações raciais dos povos Bantos. Por outro lado, Arthur Ramos está num momento distinto, os estudos negros ganham projeção na *intelligentsia* brasileira, e vivenciaram desde a década de 1920 o discurso da valorização das três raças, através da mestiçagem. E na década de 1930 os estudos culturalistas passaram a dominar o discurso dos estudos do negro. O conceito de aculturação junto com o mito da “democracia racial” adotado pelos intelectuais e pelo Estado possibilitou uma valorização inicial da cultura negra. Possibilitando a produção de Palmares como espaço do Negro brasileiro, visto sob uma perspectiva heroica e épica.

Esse misto de continuidade e ruptura ocorre por causa do *processo didático*, em que “todas as culturas impõem correções a realidade bruta, transformando-as de objetos flutuantes em unidade de conhecimento”, as culturas “sempre manifestaram a tendência de impor transformações completas às outras culturas, recebendo-as não como elas são, mas como, para o benefício do receptor, elas devem ser”. (SAID, 2011: 107-108) É isso que ocorreu nessa cultura historiográfica que impôs a si a tarefa de estar sempre convertendo Palmares de uma coisa em outra diferente. Esse processo de conversão é disciplinado, é ensinado, tem suas próprias sociedades, periódicos, tradições, retórica, tudo conectado e suprido pelas normas políticas e culturais prevaletentes nos *lugares* de produção.

Escrevendo sobre a organização política, econômica, social e militar do Quilombo de Palmares, ele também demonstra admiração a este “verdadeiro Estado Negro, no Brasil, em pleno século XVII”. (RAMOS, 1971a: 65) “Constituído a princípio de escravos, fugidos dos engenhos e das cidades (*quilombos*), foi se desenvolvendo em *quilombos*, ou cidades negras, unidos entre si por laços de solidariedade política e militar”. (RAMOS, 1971a: 74) Ao afirmar que Palmares pode ter chegado a possuir 20.000 pessoas, o autor não faz nenhuma ressalva quanto ao número, isso é intrigante pois o seu “mestre” já havia apontado para o exagero do número para o período histórico. O número era grandioso e incompatível com algumas estatísticas utilizadas pelo próprio autor para demonstrar o tráfico de escravos, o questionamento da informação não ocorreu ou por descuido ou porque se apagou diante da visão elogiosa de Palmares, acreditamos que a segunda opção é mais coerente devido ao cuidado do autor com as informações. (RAMOS, 1971a: 25-38)

Para Arthur Ramos o Quilombo simbolizava o exemplo mais bem acabado da habilidade do negro em constituir “os fatores essenciais a uma ordem social”. Em Palmares, o negro teria sido capaz de transpor e adaptar as práticas culturais africanas para um novo meio, formando “um Estado em miniatura”. A personagem principal desta narrativa foi a estrutura social, política, moral e econômica moldada pelos quilombolas, isto é, Arthur Ramos destacava a constituição do Quilombo, sem privilegiar nenhuma personagem.

Segundo ele a organização econômica era perfeita. “Os negros mantinham relações comerciais com os moradores das vilas vizinhas, levando os seus produtos de lavoura de cana, banana, feijão, etc., e trocando-os pelos artigos de que necessitavam” dentre estes havia tecidos, instrumentos, armas e munições. (RAMOS, 1971a: 74) A relação com os vizinhos era amistosa, os “Negros eram recebidos sem desconfiança e os negociantes atestaram a probidade com que se comportavam.”. (RAMOS, 1971a: 74) Durante as batalhas, tornaram-se mais precavidos e enviaram agentes secretos que se tornaram os intermediários de seus negócios. A sua ênfase é na originalidade dos negros brasileiros ao organizarem um estado forte com tradições africanas.

Considerações finais

É importante destacar que o autor está entre duas “escolas” de pensamento brasileiro que terão como objetivo pensar o negro brasileiro, a Escola Nina Rodrigues, na qual teve a sua formação básica nos estudos do negro, e a Antropologia Cultural brasileira, por sua vez foi uma grande divulgadora da democracia racial ou mestiçagem brasileira. Na primeira, o negro é visto como problema social, um Outro distante da verdadeira cultura brasileira – europeia ou branca. Na segunda, o negro é inserido na formação da nacionalidade, tornando-se o negro brasileiro, no entanto essa inserção não é de forma igualitária, pois o processo de aculturação determina que há uma cultura hegemônica – cultura branca - que “absorve” as demais.

No perfil que sua produção intelectual desenvolveu a partir de 1939, as explicações sobre a cultura negra estarão imersas nas concepções de aculturação – o negro brasileiro – e ao mesmo tempo na ideia de mistura entre as culturas – na qual a branca, pelo seu estágio de desenvolvimento cultural, foi hegemônica. No entanto, ele jamais deixou de pensar o negro, de certa maneira, como um problema da sociedade brasileira – Escola Nina Rodrigues - devido ao seu argumento do baixo estágio de cultura do negro. Palmares é reinventado por ele

dentro dessa racionalidade que acaba por constitui-lo como um espaço novo do Negro brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Luitgarde O. C. **Arthur Ramos e as dinâmicas de seu tempo**. Maceió: EDUFAL, 2000.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Azul, 2006.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORRÊA, Mariza. **Ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. 2. Ed. rev. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. Coleção Estudos CDAPH, Série Memória.

BALDUS, Hebert; EDUARDO, Osctavio da C.; FERNANDES, Florestan. Arthur Ramos 1903-1949. In: **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, v. IV, 1950. p. 439-459.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira. **Palmares, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Flávio. **Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul**. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Africanismo e democracia racial: a correspondência entre Herskovits e Arthur Ramos (1935 -1949)**. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Africanismo%20e%20democracia%20racial.pdf>.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

RAMOS, Arthur. **Aculturação Negra no Brasil**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia da Editora Nacional, 1942.

_____. **O Negro brasileiro: etnografia religiosa**. 3. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1951.

_____. **O Negro na civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria-Editora Casa do Estudante, 1971a. Col. Arthur Ramos. v. I.

_____. **As culturas Negras**. Rio de Janeiro: Livraria-Editora Casa do Estudante, 1971b. Col. Arthur Ramos. v. I.

REIS, Andressa Mercês Barbosa dos. **Zumbi: historiografia e imagens**. 2004. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2004.

REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio: Histórias dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <<http://www.bvce.org>>

SAID, Edward. **Orientalismo**. nov. ed. 2. Reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARTZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1970-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPIVAK, Gayatri C.. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.